



José Gabriel Ávila *

A Ampliação da Pista do Pico é benéfica para todos

A rejeição da Proposta de Plano e Orçamento do Governo Regional para 2026 decidida pelos Conselhos das ilhas do Pico, Sta Maria, Graciosa, Flores e Corvo não é uma posição política de somenos importância, atendendo ao reduzido número de habitantes que elas representam no todo regional – menos de 30.000 pessoas.

Menosprezar a opinião dos membros daqueles órgãos, constituídos por autarcas, parlamentares e representantes das forças vivas dos municípios é fomentar “o descontentamento territorial [que] alimenta movimentos populistas, eurocepticismo e instabilidade democrática”.¹

O alerta do Presidente da Delegação Portuguesa no Comité Europeu das Regiões assenta no pressuposto de que “só com um desenvolvimento harmónico, territorialmente equilibrado, que não deixe para trás populações de regiões periféricas, será possível superar a vaga populista que ameaça o contrato social e o Estado de Direito.” Nesse sentido vai a política de coesão – pilar do projeto europeu, com resultados nas Regiões ultraperiféricas, que reivindicaram um estatuto especial de apoios para responderem às suas especificidades e dificuldades.

Nem sempre são atendidas essas reivindicações, pelo que as populações sentem-se abandonadas e esquecidas nos seus problemas pelos poderes públicos que beneficiam “o crescimento económico das metrópoles e capitais, deixando vastas áreas rurais e cidades médias na margem do progresso.”²

Segundo Ribeiro, “concentrar investimentos apenas nas regiões mais dinâmicas agrava as desigualdades e gera “armadilhas de desenvolvimento” nas quais os territórios periféricos perdem população qualificada, capacidade fiscal e perspectivas futuras. Cria-se o caldo de cultura perfeito para o crescimento de movimentos antidemocrático”.

“Mutatis mutandis” este parece ser o cenário que se vive, presentemente, nos Açores.

O desagrado expresso nos pareceres dos Conselhos de Ilha atrás referidos, tem em conta promessas não contempladas no próximo Plano e Orçamento respeitantes à resolução de problemas fundamentais sempre adiados, um dos quais são os cuidados de saúde primários e diferenciados.

A solução não passa por atirar dinheiro para os deficitários orçamentos dos três hospitais capitalinos, mas por questionar se o modelo de funcionamento hospitalar é o mais eficaz para os utentes.

O silêncio premeditado e incompreensível sobre a proposta da criação de um Centro hospitalar Faial-Pico é um exemplo da falta de abertura e de capacidade de diálogo dos responsáveis políticos. A incapacidade para alterar e melhorar o atual sistema de saúde regional continua a penalizar gravemente a população picoense e quanto mais tempo decorre mais se agrava a qualidade do serviço prestado aos picoenses.

Outra questão pela qual os picoenses aguardam resposta e a tão propalada transparência democrática do governo diz respeito às conclusões do estudo sobre o Estudo respeitante à ampliação da pista do Aeroporto do Pico.

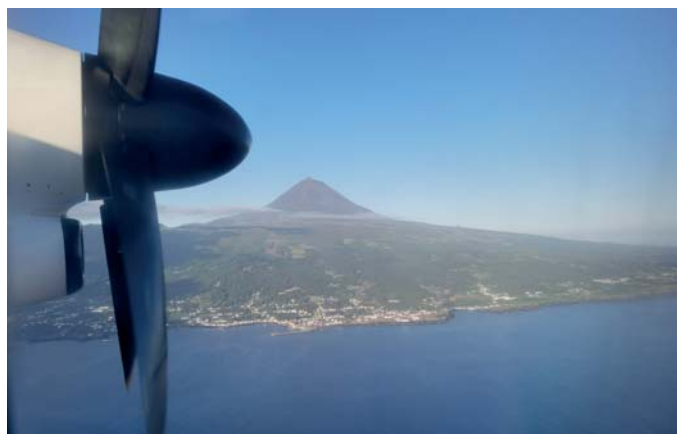
O Eng. José Carlos Cymbron, num artigo publicado esta semana (20-10-2025) no “Acoriano Oriental” intitulado “Deambulações Insulares IX – A Ilha Montanha” afirma que “não tardará muito a aparecer uma decisão mais do que ousada. Será sobretudo adequada e a mais compaginável com os verdadeiros interesses da Região Autónoma dos Açores”.

Conhecedor, como poucos, da matéria em questão e da execução de projetos portuários e aeroportuários, J. C. Cymbron acredita que “a abstrusidade dos putativos obstáculos (...) esgotar-se-ão perante as realidades económicas sociais e políticas.” E acrescenta: “tecnicamente não existe qualquer especial dificuldade que não seja facilmente ultrapassável, diria mesmo naturalmente resolvida. O custo da obra de ampliação estima-se que ronde os 25 milhões de euros (...) tem a particularidade de poder ser rápida (...) de execução simples, esbarrada e precisa.” E conclui: “será, a avaliar pela procura e a quantidade de projetos que se perfilam, o investimento público em infraestruturas no Arquipélago com o retorno mais rápido dos que alguma vez se realizaram na Região nos últimos anos”.

Tratando-se de um académico da Universidade dos Açores, a opinião expressa pelo Engenheiro Cymbron no espaço da Aula Magna dirigida pelo Professor Vasco Garcia tem o mérito de confirmar o que os picoenses e os seus representantes há muito reclamam, mas sem, aparentemente, serem ouvidos.

O projeto da ampliação da pista do Aeroporto do Pico, apoiado por fundos da União Europeia, é também, como afirma J. M. Ribeiro, um dos que contribui para o desenvolvimento harmónico, territorialmente equilibrado, corrige assimetrias, reduz a “geografia do descontentamento” e combate extremismos que desacreditam a democracia e as suas instituições.

Parafraseando J. C. Cymbron, é benéfico para o todo insular e para todos. Assim pense o Governo dos Açores!



¹ José Manuel Ribeiro, “O futuro das democracias da UE depende da política de coesão”, in Jornal PÚBLICO, 22/10/2025

² idem

* Jornalista c.p. 239 A
<http://escretemdia.blogspot.com>

Educação e justiça social abrem ciclo de reuniões do PAN/Açores sobre o Plano e Orçamento

A Representação Parlamentar do PAN/Açores deu início a um ciclo de reuniões preparatórias para a discussão do Plano e Orçamento da Região para 2026, centrado nas áreas da educação e da justiça social.

No que respeita ao sector da educação, o partido reuniu com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária da Ribeira Grande e com o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, tendo identificado

como problemáticas graves a degradação das infra-estruturas escolares, que coloca em risco a segurança dos alunos e de toda a comunidade educativa, a par da escassez de docentes.

No campo da justiça social, e na sequência de um encontro com a CGTP, Pedro Neves sublinhou a urgência de enfrentar os elevados índices de pobreza que continuam a verificar-se na Região, a mais vulnerável do país neste indicador.

O parlamentar reconheceu ainda que os baixos salários dificultam a valorização profissional, a constituição de família e a fixação de trabalhadores, contribuindo para a escassez de recursos humanos.

Em comunicado, o PAN/Açores defende ser “imperativo combater a precariedade laboral, assegurar o cumprimento das 35 horas semanais de trabalho e garantir uma oferta pública de habitação a preços acessíveis, ajustada aos rendi-

mentos médios da população.

Neste contexto, Pedro Neves, Portavoz e deputado regional afirmou que “este ciclo de reuniões reflecte o nosso compromisso em construir uma proposta orçamental que responda às reais necessidades da população, através de um processo participativo e transparente, onde a escuta activa da sociedade e dos seus representantes é o ponto de partida para uma Região mais justa, equitativa e sustentável”.